

Falar do meu país, Portugal, de Espanha e da Europa sob o signo de Camões que dá muito justamente o nome ao Centro recentemente criado nesta prestigiada Universidade de Colúmbia e por iniciativa do professor Kenneth Maxwell que dedicou e continua a dedicar a sua vida universitária à história contemporânea portuguesa, é um desafio que se traduz numa responsabilidade muito especial.

Relembro que a mesma temática foi nesta Universidade profundamente considerada num seminário com a participação de distintos universitários e políticos que culminou com a publicação da excelente obra *Portugal in the 1980's*, organizada pelo professor Kenneth Maxwell.

Constitui para mim uma honra dar actualidade a este tema, complexo e de grande sensibilidade política, na base da minha participação no processo de integração europeia e da minha experiência como embaixador de Portugal em Espanha no período pré-adesão, no momento da entrada simultânea dos dois países na CEE e durante os primeiros trinta meses de adaptação ao processo de integração na Comunidade Europeia.

Durante a minha estadia em Espanha tive a oportunidade de tratar este tema em conferências proferidas na Sociedade de Estudos Internacionais (XXXII Curso de Altos Estudos Internacionais — 1986) e na abertura solene do ano lectivo 1986/87 da Universidade de Salamanca. Dei actualidade ao mesmo tema no Instituto de Defesa Nacional nas conferências que proferi nos cursos de 1986 e 1988. Hoje, com um certo distanciamento físico e intelectual, proponho-me dar uma visão talvez mais larga desta problemática.



No dia 12 de Junho de 1985 Portugal e a Espanha aderiram finalmente à Comunidade Europeia, depois de uma longa negociação, depois de uma ausência quase r do concerto europeu.

Numa manhã de sol, com um céu claro e transparente, Lisboa recebeu os altos dirigentes europeus e numa cerimónia de grande gentileza e dignidade que teve lugar nos claustros do Mosteiro dos Jerónimos junto à Torre de Belém, símbolo das descobertas marítimas, o então primeiro-ministro Mário Soares salientou a simbologia do acto de adesão em palavras lapidares: «Nestes claustros velhos de quatro séculos juntam-se hoje o passado e o futuro de Portugal. Ao realizar aqui a cerimónia histórica da assinatura do Tratado de Adesão de Portugal às Comunidades Europeias, quisemos sublinhar que a fidelidade às nossas raízes e tradições constitui condição essencial para a construção do futuro. Símbolo da cultura portuguesa, e porque portuguesa europeia, marco de uma aventura que foi sonho e realidade e trouxe "ao mundo novos mundos", este monumento, património artístico universal, exprime bem o génio português e constitui uma referência insubstituível da sua história multissecular. Daqui partiremos pois, fechado o ciclo imperial, simbolicamente, para uma nova arrancada, que reinserirá Portugal no

contexto da unidade europeia, participando de pleno direito do seu dinamismo e progresso.» E mais adiante, Mário Soares, considera o acto «como um dos momentos mais significativos da história contemporânea portuguesa.»

Na tarde desse mesmo dia, passou a ser Madrid a capital da Europa e no Palácio Real do Oriente, símbolo da grandeza e da austeridade da Espanha do século de ouro de Carlos V e Filipe II, decorreu nova cerimónia, formalizando agora a adesão da Espanha à Comunidade Europeia. Enaltecendo o significado daquele momento, Sua Majestade o Rei Juan Carlos sublinhou: «Se os Vossos países são Europa, a Espanha é-o também, pela sua cultura e vontade secular... Espanha, este país, que baseou a sua condição durante séculos nas culturas islâmicas e hebraicas; este país, que justificou a sua condição de nação numa empresa transeuropeia chamada América, nunca quis deixar de ser Europa. Ao longo da história, a Espanha tem estado presente nos principais esforços da Europa, e propõe-se continuar a estar.»

Dois actos de fé na Europa, por parte de Portugal e Espanha, revelam a valorização do passado áureo de cada um dos países e cada um dos povos, a determinação e a força que sempre provém do neofitismo de quem procura «recuperar o tempo perdido» integrando-se na sua plenitude no esforço comunitário que, por razões que vamos tentar caracterizar, foram os grandes ausentes, alargando-se agora o espaço europeu, histórico, cultural, político, de segurança internacional, económico, social, financeiro, científico e tecnológico, de uma Europa ainda incompleta. A simultaneidade na entrada de Portugal e Espanha representa sem dúvida uma data significativa para a própria construção europeia mas constitui um facto de importância histórica para o futuro de cada um dos países peninsulares e para as relações bilaterais entre Portugal e Espanha cujo impacto tentaremos igualmente caracterizar.

A adesão é assim um ponto de chegada, ou melhor, um retorno, a reintegração de ambos os países ao espaço europeu a que sempre pertenceram, agora «organizado e institucionalizado» e que hoje se traduz na Comunidade Europeia.

Para ambos os países foi o termo de um longo processo negociado de algumas décadas desde o final da II Guerra Mundial, com várias etapas que se sucederam no decorrer do tempo, como bem acentua um dos principais intervenientes, o embaixador Calvet de Magalhães, mas em que os caminhos percorridos pela Espanha e por Portugal nem sempre coincidiram. Francisco Aldecoa, professor da Universidade de Madrid, no seu estudo *As relações bilaterais hispano-portuguesas numa perspectiva histórica — 1945-1978* afirma: «Finalizada a II Guerra Mundial, a situação política internacional dos dois países era muito diferente; enquanto Portugal está junto dos vencedores, gozando de pleno reconhecimento internacional, a Espanha está com os vencidos, sofrendo um isolamento internacional limitado.» Esta distinção corresponde em grande medida à realidade. Portugal, graças à chamada «política de

neutralidade colaborante» com o campo aliado, pôde integrar-se na maioria das organizações ocidentais e depois europeias, desde a OECE à Aliança Atlântica, como membro fundador, e mais tarde na Associação Europeia de Comércio Livre — a EFTA. Esta situação histórica de que Portugal veio a beneficiar reveste-se contudo da maior complexidade.

Na profunda análise deste período histórico, que se sucedeu ao final do conflito mundial, o embaixador Calvet de Magalhães considera que «surgiram dois fortes movimentos na cena mundial que afectaram profundamente o regime político vigente em Portugal: o movimento para a descolonização e o movimento para a integração europeia», em relação aos quais o regime de Salazar reagiu negativamente por razões de carácter ideológico e sobretudo de sobrevivência de um determinado regime político e cujas consequências eram evidentes: a liberalização do sistema político no sentido democrático e uma descolonização com consultas directas e livres às populações do Ultramar.

Mas, Oliveira Salazar, não obstante rejeitar qualquer união europeia de carácter político, acabou por aceitar, depois de grandes hesitações e ambiguidades, que Portugal, apesar de não ter estado envolvido na guerra, viesse a participar em iniciativas de cooperação económica no quadro da reconstrução económica da Europa e, paralelamente, na organização da defesa colectiva dos países ocidentais perante a ameaça soviética, movimento que não se opunha ao ideário político do regime, bem pelo contrário.

Como refere o embaixador Calvet de Magalhães, a posição de Oliveira Salazar caracterizou-se por uma grande ambiguidade e está expressa num documento de 1953, de extrema «superficialidade e fragilidade de análise do contexto internacional, ocidental e europeu e mesmo de visão histórica e estratégica, o que o levou a pugnar por um bloco político de substituição «ibero-americano», com o estreitamento dos laços de Portugal com o Brasil e com a Espanha, com as Repúblicas do Centro e do Sul da América... com uma nítida influência da «Comunidade britânica». Nestes propósitos havia uma certa acomodação e alguma solidariedade com o isolamento da Espanha de Franco mas eram ditados, sobretudo, como bem acentua Calvet de Magalhães, pelas preocupações ideológicas de Salazar que o não «deixavam ver com clareza e objectividade as realidades políticas de uma Europa em gestação e a inviabilidade prática e a debilidade *intrínseca* de um ilusório ibero-americanismo.»

A primeira reacção oficial portuguesa à iniciativa americana do Plano Marshall foi de incompreensão da filosofia do famoso discurso em Harvard, e do alcance e da magnitude da assistência norte-americana à reconstrução económica da Europa que não se coadunava com «paliativos». A posição reticente advinha dos preconceitos de Salazar que considerava os Americanos «ingénuos, simplistas, *ignorantes* e até levianos», o que impediu o aproveitamento do primeiro exercício da ajuda Marshall programado para 1948-1949 e só com o empenhamento e a habilidade diplomática do embaixador Ruy Teixeira Guerra foi possível

posteriormente uma assistência de 59 milhões de dólares, que aliviou graves problemas da balança de pagamentos. Aliás, Portugal, que não tinha participado na guerra, não deveria, numa interpretação rigorosa do Plano Marshall, ter direito a qualquer ajuda financeira.

A política de «neutralidade colaborante», que advém das facilidades militares nos Açores aos britânicos extensivas aos seus aliados americanos igualmente com grandes hesitações e ambiguidades por parte de Salazar, facilitaram a participação de Portugal na Aliança Atlântica, reconhecendo-se a importância estratégica do território continental e insular para a defesa do Atlântico Norte.

Tendo em atenção as posições várias vezes reiteradas em público por Salazar sobre o não envolvimento nas questões europeias nos domínios político e militar, assiste-se a uma inversão total em termos de temática política tanto mais que a Aliança era liderada pelos *EUA*, objecto de desconfiança tradicional por parte de Salazar, que se explicava por um certo desconhecimento das instituições políticas norte-americanas. Assim se compreendem as reservas quanto à participação de Portugal na Aliança Atlântica e mesmo no Plano Marshall.

Acresce que o Tratado do Atlântico se enquadrava nas Nações Unidas como acordo regional, a coberto do Artigo 52.º da Carta, e fazia referência no seu Preâmbulo à defesa da democracia e da liberdade individual. A inversão da política de Salazar justifica-se por encontrar na adesão ao Tratado do Atlântico Norte uma oportunidade única para obter um «certificado de bom comportamento democrático» que não só lhe granjeou algum prestígio internacional, como reforçou a sua política interna fortemente contestada pela oposição democrática — que desde o final da II Guerra Mundial reforçou os seus ataques à ditadura e procurou apoios externos junto das democracias ocidentais.

Em todo o caso, como refere Medeiros Ferreira, citando um diploma britânico, «...aos Portugueses não foi dada a oportunidade de participarem na elaboração do Tratado... nem sequer lhes foi consentido levantarem quaisquer reservas.»

A situação era bem diferente para Espanha, expressamente condenada desde a Conferência de Potsdam por haver colaborado com os países do Eixo que ajudaram Franco a ganhar o poder e, seguidamente, pela própria Assembleia Geral das Nações Unidas, que recomendava a todos os Estados um boicote diplomático e a exclusão da Espanha de todos os organismos das Nações Unidas, o que impediu também aquele país de participar nos organismos criados para a reconstrução económica da Europa e na Aliança Atlântica, não obstante a importância da sua situação geoestratégica. Esta importância viria depois a ser reconhecida pelos *EUA* em 1952 com a celebração dos Acordos de Defesa. A Espanha, através de uma ligação bilateral com os *EUA*, integra-se assim indirectamente no sistema de segurança ocidental e obtém uma importante assistência económica, militar e tecnológica, além de uma

cobertura diplomática norte-americana, essencial para a sobrevivência do regime.

Por outro lado, a Espanha consegue outra grande vitória ao assinar uma Concordata com a Santa Sé passando a beneficiar do reconhecimento espiritual e temporal da Igreja Universal.

A Espanha, apesar de se ver afastada dos movimentos ocidentais e europeus, reforça a sua política de autarcia económica e desenvolve o seu mercado interno, aproveitando a assistência económica e financeira norte-americana para prosseguir os objectivos de recuperação de uma economia profundamente afectada pela guerra civil, pelo isolamento e pelo boicote praticamente total que durou alguns anos.

Na verdade, na década dos anos 50 assiste-se ao processo da reintegração da Espanha na comunidade internacional, com a anulação das resoluções condenatórias da Assembleia Geral das Nações Unidas, o que permitiu a normalização das relações diplomáticas e económicas com a maioria dos países, à excepção do México, dos países de Leste e da China, e à incorporação progressiva nos diversos organismos do sistema das Nações Unidas onde a Espanha acabará por ser admitida em 1955 conjuntamente com Portugal.

Corno reconhece o professor Francisco Aldecoa, Portugal deixou entretanto de ser «o titular da diplomacia peninsular perante as potências ocidentais.» Os acordos de defesa da Espanha com os EUA enfraquecem o interesse estratégico de Portugal e inicia-se um processo de isolamento internacional com a condenação sistemática e crescente nas Nações Unidas da política colonial, recusando-se o governo de Lisboa a prestar informações sobre os territórios sob sua administração.

A diplomacia espanhola reforça entretanto o seu dinamismo com o ministro Fernando Castiella, conseguindo em 1958 eleger o seu país para o Conselho de Segurança, com o apoio dos países árabes e latino-americanos, mas também com a cumplicidade óbvia e mesmo o apoio ocidental, principalmente dos EUA que acabam por abrir à Espanha as portas da OCEC, do Banco Mundial e do FMI. Completa-se no final da década dos anos 60 a quase total «regularização internacional» da Espanha, à excepção do Conselho da Europa e das instituições europeias, entretanto criadas, a CECA, Euratom e Comunidade Económica Europeia, que impunham a existência de instituições democráticas.

As relações bilaterais luso-espanholas que se enquadravam no Pacto peninsular foram condicionadas pela diversa evolução das posições internacionais dos dois países. No período do isolamento internacional, a Espanha tinha um especial interesse em manter boas relações com Portugal que lhe dava, desde a guerra civil, a cobertura diplomática possível. As dificuldades surgidas com a adesão de Portugal ao Tratado do Atlântico Norte, considerado por Madrid incompatível com as disposições do Pacto peninsular, foram finalmente superadas depois de intensas consultas bilaterais e alguma tensão política entre os dois governos.

A fronteira portuguesa era a única aberta e o mercado português o recurso essencial para suprir as carências mais essenciais da população e da economia espanhola, verificando-se um importante saldo favorável a Portugal. À medida que se reforça a abertura da Espanha com o exterior e se assiste ao progressivo isolamento internacional de Portugal, constata-se uma diminuição da necessidade de recurso ao mercado português com o desenvolvimento da economia espanhola. O plano de estabilização acelerou o crescimento económico invertendo-se a situação a partir de 1968, em que o saldo das trocas comerciais passa a ser favorável a Espanha. A política externa não podia deixar de reflectir a transformação política, social e económica interna. A transformação da posição internacional de cada um dos países em que se verificavam claras divergências em que ambos os países se contemplavam como «substituíveis», diminuíram os aspectos complementares, mantendo-se, porém, uma aparente cordialidade mas assistindo-se a um processo de formalização das relações bilaterais.

As principais divergências derivam, obviamente, das diferentes posições em termos da opção colonial.

A Espanha de Franco decide iniciar com pragmatismo e sem complexos o processo de descolonização de Marrocos, Ifni e Guiné Equatorial, abrindo-se perspectivas para uma decisão sobre a autodeterminação do Sara. Sacrificam-se com realismo os ideais do Império ainda prevalentes na sociedade espanhola que provocaram a crise da identidade espanhola em 1898 com a perda de Cuba, das Filipinas e Porto Rico e os sonhos «africanistas» nomeadamente por parte do *establishment* militar e das facções mais radicais do Regime.

O governo de Salazar, por seu lado, persistia com coerência própria na sua política ultramarina, negando-se a aceitar o princípio da autodeterminação dos povos sob regime colonial.

José Maria Armero, na sua obra *A política externa de Franco*, afirma: «O oportunismo do regime franquista permitiu esquivar-se da hipoteca da aliança com Portugal quando Salazar se empenhou em manter as colónias portuguesas. Pelo menos no âmbito das Nações Unidas, a Espanha passou a alinhar-se com os países do Terceiro Mundo na condenação da política portuguesa.»

Os ministros Fernando Castiella e Paulo Cunha estudam ainda a formação de um bloco económico hispano-português. Como J. M. Armero refere, «Madrid encontrou-se só perante a resposta portuguesa de não querer sair da órbita da Grã-Bretanha, inclinando-se para a EFTA, em que mais tarde entraria, deixando a Espanha para trás.»

O ministro Fernando Castiella prossegue uma estratégia extremamente dinâmica apresentando o pedido de abertura de negociações à CEE com o objectivo de examinar a possível vinculação da Espanha na forma de uma Associação. Depois de um longo e moroso processo de negociação, este país assina em 1970 um acordo preferencial que acelerou o crescimento económico prosseguido pela equipa dos chamados

tecnocratas da Opus Dei, Lopez Rodo, Alberto Ullastres e Lopez Bravo, através da abertura do mercado comunitário com facilidades aos produtos industriais e alguns agrícolas, originários de Espanha.

Os governos de Marcelo Caetano e Lopez Rodo tentaram ainda ressuscitar a ideia de um «Benelux Ibérico», identificando áreas de cooperação económica e técnica nos mais variados sectores, renovando formalmente o Pacto Ibérico através da assinatura do III Protocolo, que previa consultas políticas periódicas. Assinaram-se vários acordos: cultural, de cooperação científica e técnica, de cooperação económico-comercial para fazer face ao desequilíbrio crescente das trocas e, principalmente, um acordo de pescas extremamente desfavorável a Portugal que abria as suas costas à eficiente e poderosa frota pesqueira espanhola.

A amizade que ligava Caetano e Rodo facilitou esta tentativa de aproximação, de concertação de interesses e de cooperação extensiva de países vizinhos com uma longa fronteira e que até então prosseguiram uma política de «costas voltadas», não obstante a identidade e a solidariedade política e ideológica, que se explicava por uma permanente suspeição entre Franco e Salazar.

As concepções políticas e económicas tinham-se entretanto afastado, os interesses na área externa eram cada vez mais inconciliáveis na projecção externa de cada um dos dois países, com clientelas em alguma medida diferentes. As dificuldades portuguesas a nível interno e externo agudizavam-se e iriam criar a ruptura que se verificou com o movimento militar do 25 de Abril em 1974, pondo igualmente termo a uma fase das relações luso-espanholas. Inicia-se um novo período que pôs termo à «homogeneidade política e governamental» do tempo do regime de Salazar e Caetano, mas embora o Pacto Ibérico perca o seu sentido político, só será denunciado mais tarde e substituído em 1978 pelo Tratado de Amizade e Cooperação entre dois Estados, finalmente democráticos. Tenta-se a harmonização dos interesses económicos externos já numa perspectiva europeia através de uma vinculação bilateral da Espanha à EFTA, a que Portugal pertencia como membro originário, tendo em consideração as assimetrias das suas economias, que justificavam um tratamento tarifário em princípio favorável às exportações dos produtos industriais portugueses, numa intenção que foi em geral iludida pela prevalência do sistema proteccionista espanhol, reforçando-se o défice comercial português.

Entretanto, a partir de 1975, o realismo demonstrado por ambos os países foi alterado com o movimento de 11 de Março e com a saída para Espanha do general Spínola, e posteriormente com o ataque à embaixada de Espanha, surgindo um profundo antagonismo e reforçando-se um clima de suspeição entre os dois países. Admite-se mesmo que o governo espanhol possa ter encarado uma intervenção militar em Portugal com a cumplicidade de alguns sectores internacionais. Medeiros Ferreira afirma: «Foram várias nesse período as notícias que

davam conta de movimentações de tropas espanholas na zona de Badajoz, ou de passagem de avantajados meios militares norte-americanos pelas bases sediadas em território espanhol, como a da Rota. Pessoalmente disponho de testemunhos que ainda não posso revelar que confirmam como uma eventualidade séria a intervenção militar de Espanha em Portugal nesse momento.»

Felizmente, a razão prevaleceu, com a intervenção pessoal do próprio Generalíssimo que afastou toda e qualquer veleidade de alguns duros do regime e de sugestões externas no sentido da intervenção que, a verificar-se, iria agravar o clima de suspeição interpeninsular por alguns séculos. A revolução portuguesa teve um profundo impacto na sociedade espanhola e facilitou sem dúvida o chamado Câmbio, a transição democrática em Espanha, compreendendo-se que haveria que evitar a ruptura e avivando-se a memória dos espanhóis e precavendo-os contra o espectro de uma nova guerra civil.

O professor Kenneth Maxwell reconhece as interações verificadas no período de transição democrática de ambos os países nos seguintes termos: «Houve, contudo, influências recíprocas dos dois vizinhos ibéricos, embora nem os Espanhóis nem os Portugueses as reconheçam com facilidade. O momento da mudança em Portugal teve um impacto em Espanha por duas razões. Em primeiro lugar, havia a experiência da liberalização falhada lançada por Caetano no início dos anos 70 e o exemplo constantemente presente do caos em que Portugal caíra entre 1974 e 1975 (incluindo o assalto e o incêndio da embaixada de Espanha em Lisboa). Isto demonstrava muito claramente aos Espanhóis as consequências de não se agir com decisão. Em segundo lugar, este impacto exemplar foi sentido de um modo particularmente agudo pela figura chave da situação espanhola, o Rei Juan Carlos, que passara a sua juventude em Portugal, e cujo pai ainda lá vivia. O papel do Rei de Espanha foi essencial — essencial para proteger a democracia ameaçada, mas ainda mais importante porque no próprio processo de transição foi capaz de congregar à sua volta as forças da ordem, ao mesmo tempo que abraçava as forças da mudança.»

A democratização operada em ambos os países justifica a apresentação corri poucos meses de diferença do pedido de adesão à CEE, primeiro por Portugal e em seguida pela Espanha, bem como a adesão de ambos os países ao Conselho da Europa.

As negociações de adesão à CEE arrastam-se durante mais de seis anos. Várias razões têm sido apontadas para explicar este prolongamento excessivo. Calvet de Magalhães refere algumas: a «instabilidade governamental que certamente provocou atrasos e a deterioração da situação económica agravada pelo período caótico de 1974/1975 e de algumas medidas insensatas que tomaram mais difícil negociar determinadas questões com as comunidades. A partir sobretudo de 1979 estas dificuldades foram-se, porém, esbatendo com uma maior tendência para a estabilidade e governamental e a melhoria



da situação económica que fazia prever em 1980 que Portugal viesse a ser membro das comunidades a partir de 1 de Janeiro de 1983, o que não se verificou.»

Mas, Calvet de Magalhães admite que outros factores contribuíram para o retardamento da entrada de Portugal na CEE. Aponta a natureza do regime político baseado na Constituição de 1976, que apesar de instituir uma democracia pluralista era «tutelado por um órgão militar», o que teria dado pretextos para arrastar as negociações, e só a partir da nova Constituição de 1982 foi instaurada uma democracia plena. Calvet de Magalhães atribui a responsabilidade do maior atraso «à reserva mental francesa no sentido de fazer coincidir a adesão portuguesa com a adesão espanhola cuja negociação era mais complexa, pela própria importância económica de Espanha e pelo facto de esta não ter tido o mesmo caminho de aproximações sucessivas das instituições económicas europeias.

Permito-me discordar da atribuição da responsabilidade exclusiva à França, pois certamente interveio também a RFA, já que o seu ministro Gensher se recusou sistematicamente a aceitar a dissociação dos *dossiers* de Portugal e Espanha, para além de outros países e da própria Comissão Europeia, nomeadamente através de Lourenzo Natali, que, com astúcia, apoiou o propósito do governo espanhol de não admitirem a adesão antecipada de Portugal, como tinha ocorrido com a Grécia.



Sobre este processo longo de quarenta anos que vai desde o final da II Guerra Mundial até à adesão simultânea de Portugal e Espanha à Comunidade Europeia poder-se-ão fazer algumas considerações gerais. Jamais houve da parte dos pensadores portugueses um interesse determinante pelos movimentos europeus, contrariamente ao que se passou em Espanha desde Ortega y Gasset a Salvador de Madriaga, entre outros; este último participou com Indalécio Prieto, Enrique Gironella e José António Aquirre no Congresso do Movimento Europeu em 1948 em Haia, tendo sido então criado o Conselho Federal Espanhol do Movimento Europeu, que veio a reunir em Munique com uma larga participação de opositores ao regime, socialistas, democratas-cristãos, liberais e mesmo alguns descrentes do franquismo.

Poder-se-á afirmar que o europeísmo moderno espanhol acaba por se identificar com a democratização e a modernização cultural, política, económica, social e tecnológica, em oposição às forças chamadas casticistas que defendiam que a Espanha se deveria refugiar em si própria e construir o futuro sobre os pilares da tradição, uma verdadeira mitologia política, uma interpretação providencial da história da Espanha eterna, a «Espanha unida, grande e livre». Este dualismo é bem ilustrado pela posição de dois escritores de campos opostos.

Azorin, ao ingressar na Academia Espanhola em 1924, declara: «Não tínhamos em circunstância alguma que aprender nada com a Europa. Europa éramos nós e não os demais povos...» Ortega y Gasset, por seu lado, afirma: «Temos que ir contra a tradição, mais além da tradição... A Espanha era o problema e a Europa a solução. Só a partir da Europa a Espanha é possível.»

A partir do início da década dos anos 60, assistia-se, no interior do próprio franquismo, a uma luta entre casticistas e mimetistas, entre falangistas e forças de extrema direita e uma ala emergente liberal e socialista europeísta favorável a uma vinculação com a CEE, muito concretamente o arauto da abertura da Espanha ao mundo, o ministro Castiella e os chamados tecnocratas da Opus Dei, cuja política de modernização e desenvolvimento económico e social se integrava cada vez mais numa linha europeísta. O ministro José Maria Areilza explica a sua ruptura com o regime por defender a democratização e a europeização da Espanha. O seu caso não é único e podemos dizer que se assumiam como europeus a grande maioria dos espanhóis favoráveis à modernização da sociedade espanhola, em que se devem incluir o Conde de Barcelona e o próprio Rei Juan Carlos, sendo a acção determinante do primeiro ainda insuficientemente conhecida.

No PSOE e no PCE a dialéctica europeização-democratização não era uniforme, podendo afirmar-se que alguns se deixavam cativar por uma linha terceiro-mundista e neutralista, de que é intérprete a personalidade que viria a ser o principal negociador da adesão da Espanha à CEE, Fernando Moran, cujas concepções expressas na «Política exterior de Espanha» se iriam alterar profundamente à medida que tomava consciência das realidades do Poder.

Dario Valcarcel conclui num recente artigo: «A Espanha perde meio século em tempo histórico acelerado, precisamente quando as mais importantes nações ocidentais articulam a sua implantação num novo traçado de mapas, depois da II Guerra Mundial.»

Em Portugal, verifica-se a inexistência de pensadores e políticos que se tenham interessado pelas ideias europeístas modernas. Como bem refere Calvet de Magalhães, no Programa da oposição «democrática, republicana, liberal e socialista» realizado em 1960 «no capítulo relativo à política externa não se encontra uma palavra sobre a Europa ou os problemas europeus» e creio bem que se assiste à mesma omissão na maioria dos programas oposicionistas. Obviamente que os movimentos unitários liderados pelo ortodoxo partido comunista se opunham aos movimentos ocidentais liderados pelos EUA e pelos estados europeus considerados como inspirados pelo «imperialismo e capitalismo monopolista», concepção que ainda hoje constitui a linha oficial do partido. Da parte do PS, a opção europeia em 1974 e 1975 não era absolutamente clara e só começou a ser assumida a partir do Congresso da Póvoa de Varzim sobre o tema: «A Europa conosco».

Durão Barroso, no seu estudo sobre «O sistema político português face à integração europeia», dá-nos uma visão completa sobre a recepção da opção europeia pelos partidos e pela sociedade portuguesa.

No meu entender, a ausência de um debate «europeísta» tem a ver mais uma vez com o predomínio da questão do ultramar, e mesmo alguns opositoristas mais tradicionalistas não aceitavam facilmente a internacionalização da questão colonial. Por outro lado, o radicalismo político das elites mais jovens não lhes permitia ver numa Europa institucionalizada uma resposta para a democratização e a descolonização.

Haverá que afirmar, contudo, que no final dos anos 60 se assiste a um debate na própria Assembleia Nacional sobre as grandes opções portuguesas, de que são intérpretes os deputados «liberais» com realce para Pinto Leite, Sá Carneiro, Miller Guerra e Magalhães Mota, posições que tinham defensores a nível da administração como João Salgueiro, entre outros, e expressão nas Sedes e no jornal *Expresso* de Pinto Balsemão. No interior do próprio governo surgira já antes uma linha europeísta pragmática de que foi pioneiro o ministro Correia de Oliveira, que dirigiu com grande dignidade e competência profissional as negociações que levaram Portugal a aderir à EFTA como membro fundador, gozando de grande prestígio e respeito entre os colegas de outros governos europeus. E de justiça lembrar a influência e a acção determinante dos embaixadores Ruy Teixeira Guerra e Calvet de Magalhães.

A posição de Medeiros Ferreira, exilado na Suíça, constitui uma excepção aos meios de oposição mais radicais ao enviar ao Congresso de Aveiro em 1973 uma comunicação de carácter inovador, que propunha estabelecer o paralelismo entre a integração de Portugal na CEE e a adesão dos territórios ultramarinos à Convenção de Yaoundé, posição que viria a ser partilhada pela maioria a nível de equipa de negociação do Acordo de Comércio Livre com a CEE em 1972, liderada pelos embaixadores Ruy Teixeira Guerra e Calvet de Magalhães, e que incluía José Silva Lopes, João Cravinho, Siqueira Freire, Magalhães Cruz, Lencastre da Veiga, Gregório de Faria, Raquel Ferreira, Pedro Ordaz, eu próprio e tantos outros. Esta proposta passava obviamente pela aceitação do princípio de auto-determinação dos povos e pelo aprofundamento do reformismo político de Marcelo Caetano que, a ter-se verificado, evitaria a ruptura na sociedade portuguesa e daria a oportunidade histórica de Portugal vir a fazer parte do primeiro alargamento da CEE, em 1972, conjuntamente com a Inglaterra, a Dinamarca e a Irlanda, sendo os padrões de desenvolvimento deste último país semelhantes aos padrões portugueses.

Em conclusão: Portugal que, desde o final da II Guerra Mundial, dispunha de uma aceitação geral graças nomeadamente à chamada política de «neutralidade colaborante» que lhe deu jus a participar como membro de pleno direito em todos os movimentos ocidentais e

européus, acabou por ver-se «forçado» a aceitar um retardamento de décadas na data da adesão à CEE, em simultaneidade com a Espanha, desperdiçando sucessivas oportunidades, com excepção da participação na EFTA como membro originário, graças à habilidade dos nossos negociadores, que conseguiram granjear os apoios necessários, principalmente da parte da Suíça e de alguns intervenientes de boa vontade, que se opuseram à intenção da Inglaterra de reservar esta organização aos países industrializados. O não aproveitamento integral do Plano Marshall e do período expansionista da economia mundial constituiu um facto adverso para a modernização da sociedade e do desenvolvimento económico e social do país, além da perda da oportunidade histórica de Portugal poder ter sido incluído, como já referi, no alargamento da CEE em 1972.



No momento do primeiro choque petrolífero, a vulnerabilidade das duas economias era bem diferente para enfrentar as sucessivas crises da economia mundial.

À economia portuguesa foi entretanto fortemente afectada pelo esforço da guerra em África de 1961 a 1974, situação agravada pela perda das vantagens do pacto colonial e posteriormente com o esbanjamento do período revolucionário e as sequelas da descolonização que acentuaram o empobrecimento do país.

À Espanha, pelo seu lado, alcança níveis de desenvolvimento económico e social que não só lhe permitem enfrentar as sucessivas crises da economia mundial mas prosseguir sem rupturas, através do reforço da pequena e média burguesia, o processo de transição para a democracia, penoso mas bem sucedido, o que lhe granjeou, aliás, um destacado prestígio internacional. No momento da adesão, a Espanha apresentava-se com vantagens comparativas indiscutíveis em relação a Portugal — uma maior estabilidade governamental, uma administração com estruturas mais modernizadas, um tecido industrial mais diversificado, um razoável nível tecnológico, um crescimento económico acima das médias europeias, uma classe empresarial mais organizada e economias de escala mais atractivas para o capital e a tecnologia estrangeira, pelo que as multinacionais lhe davam e continuam a dar a preferência para instalar as suas actividades, gozando ainda das facilidades proporcionadas pelos grandes centros financeiros de Madrid e Barcelona.

No encontro luso-espanhol de economia empresarial realizado em Madrid em Junho de 1987 tive oportunidade de afirmar: «Falar dos efeitos da entrada no Mercado Comum, eu diria de preferência na Comunidade Europeia, ideia força menos mercantilista e que está de acordo com a transformação em curso no quadro do Acto Único Europeu, é falar de um período transcendental que se iniciou com a adesão de ambos os países à Comunidade Europeia. Período transcendental no qual pela primeira vez

na história os dois países se encontram lado a lado e a nível paritário nas mesmas organizações políticas, económicas e de segurança internacional» e, acrescento, em todas as organizações de carácter regional ou de vocação mundial.

Esta realidade está a provocar uma alteração qualitativa e quantitativa profunda com uma dinâmica própria, agora em vias de aceleração com a implementação do Acto Único Europeu.

Esta mutação fundamental — este contexto de mudança fundamental — está a obrigar Portugal e Espanha a um processo de adaptação constante e permanente das suas estruturas políticas, económicas, sociais, culturais, científicas e tecnológicas e tem reflexos no quadro bilateral onde se verificam transformações que não têm paralelo igualmente em termos históricos.

No referido encontro tive ainda a oportunidade de chamar a atenção para essa mutação, insistindo no sentido da prudência e do realismo: «Todos os períodos de mudança acelerada podem causar turbulência e conflitos de natureza vária», pelo que, acrescentei, «se impõe saber gerir este período com prudência, sabedoria e sentido de responsabilidade, promovendo a comunicação, a informação e o diálogo a todos os níveis.» A nível governamental, após a adesão, foram levadas a efeito três cimeiras — em Guimarães, Madrid e Lisboa — a nível dos chefes dos governos, em que se procurou com sucesso uma concertação aprofundada dos múltiplos interesses bilaterais numa perspectiva europeia que advém de uma longa fronteira comum e uma concertação das posições dos dois países a nível da Comunidade Europeia e internacional. A existência de um governo com maioria absoluta reforçou sem dúvida a nossa posição negocial, como aconteceu também com a Espanha, o que permitiu o aprofundamento das relações bilaterais e das posições comunitárias antes muito dificultado pela instabilidade governamental em Portugal.



Passados três anos após a entrada efectiva de Portugal e da Espanha na CEE, poder-se-ão retirar algumas conclusões da alteração verificada no relacionamento bilateral, do impacto em cada país da integração europeia, da participação na vida comunitária e da projecção internacional de Portugal e Espanha.

Poder-se-á afirmar que o acontecimento mais salutar foi um interesse renovado de cada um dos países peninsulares pelo outro que até há bem pouco tempo se desconheciam. Interesse da parte dos espanhóis por Portugal, cuja existência pareciam ignorar, e dos portugueses pela Espanha, sobre a qual saltaram para olharem para a Europa.

Os fluxos turísticos aumentaram substancialmente excedendo a cifra recorde de dez milhões de lado a lado, o que contribuiu certamente para um melhor conhecimento mútuo.

A nível do intercâmbio comercial verifica-se um aumento extraordinário passando logo no final de 1986 a Espanha de quinto a segundo fornecedor e em 1988 a primeiro. As exportações espanholas para Portugal quase triplicaram se tomarmos como referência o ano de 1985 passando de 89 540 para 262 128 milhões de pesetas em 1988 e as importações espanholas no mesmo período quase quadruplicaram passando de 40 156 para 146 224 milhões de pesetas. O saldo desfavorável a Portugal mais do que duplicou mas a taxa de cobertura melhorou sensivelmente passando de 44,8% para 55% . Assistiu-se de lado a lado a uma larga diversificação das trocas comerciais e tal como se previu assistiu-se a um processo de substituição das importações em Portugal por a Espanha passar a beneficiar do mesmo tratamento tarifário que os demais países comunitários.

No domínio financeiro estão-se a verificar alterações fundamentais com a crescente instalação de bancos e sociedades financeiras de um país no outro, o que corresponde à liberalização do movimento de capitais e do direito de estabelecimento. Idem, no domínio dos transportes rodoviários e ferroviários em que se assiste a uma cooperação crescente já na perspectiva da política comum de transportes da CEE, tratando-se de salvaguardar os eixos prioritários para Portugal na sua ligação à Europa além Pirenéus.

A cooperação transfronteiriça começa a ser estudada através de projectos integrados de desenvolvimento no enquadramento europeu e cada vez se verifica uma maior intensidade de relações a nível das regiões fronteiriças. Surgem igualmente iniciativas no âmbito da cooperação industrial a nível do Estado, das associações patronais e das empresas que visam acentuar uma maior complementaridade entre as duas economias e uma divisão internacional do trabalho mais racional, evitando o reforço da especialização industrial portuguesa, nomeadamente através do aproveitamento abusivo de mão-de-obra mais barata, pretendendo-se orientar os investimentos para sectores das novas tecnologias. Está-se a reforçar, porém, a tendência de as empresas multinacionais instalarem os seus centros de operação em Espanha no aproveitamento de um mercado sete ou oito vezes superior, a partir principalmente de Madrid e Barcelona, e daí coordenarem as filiais ou sucursais em Portugal, tendência que viria reforçar dependências várias, secundarizando Portugal principalmente no sector de serviços e no sector industrial.

O investimento espanhol e o investimento internacional a partir de Espanha aumentou consideravelmente em Portugal cifrando-se no último ano em cerca de oito a nove milhões de pesetas o que representa 10% do total dos capitais espanhóis no estrangeiro. Os investimentos portugueses em Espanha triplicaram, mas limitaram-se a actividades comerciais e de serviços advindos da instalação em Espanha de bancos e principalmente empresas de comercialização e de distribuição.

A intensidade das relações económicas, comerciais e financeiras ainda não atingiu os níveis de Estados vizinhos como os EUA e o Canadá, a Áustria e a RFA, e a Irlanda e a Inglaterra (apenas 2% das importações totais espanholas provêm de Portugal verificando-se uma quota-parte de cerca de 5,5% de Espanha nas importações totais portuguesas). A tendência será contudo para aumentar de lado a lado, consequência lógica da integração no mesmo espaço económico, comercial e financeiro e mesmo tecnológico que acabaria em todas as circunstâncias por se impor no quadro da liberalização em curso na EFTA e no GATT, da interdependência e interpenetração económica crescentes e da internacionalização da economia e das tecnologias.

Neste processo que, repito, não tem paralelo em termos históricos deverá ser reforçado o espírito de cooperação e solidariedade felizmente existentes a nível de ambos os governos que já se traduz a nível da sociedade não obstante prevalecerem do lado português suspeições naturais agora traduzidas pela «invasão» de turistas, bens e capitais de Espanha, e do lado espanhol por um grande desconhecimento da realidade portuguesa, agravada pelo facto de em certos sectores prevalecerem manifestações de carácter xenófobo, como tem sido reflectido em sondagens recentes cujos resultados não dão ainda uma imagem muito encorajante do que deverá ser um relacionamento salutar entre os dois povos. A integração de Portugal e Espanha por assumir uma profunda alteração na relação interpeninsular não poderia deixar de fazer ressurgir a tradicional «questão ibérica», com maior actualidade em Portugal, mas sem deixar de ter reflexos a nível espanhol.

Este ressurgir enquadra-se na chamada «crise de identidade nacional» após a descolonização, a consequente continentalização de Portugal, e a subsequente integração na Europa comunitária, à semelhança do que aconteceu em Espanha em 1898, quando da queda do Império colonial espanhol na América e nas Filipinas, o que levou os intelectuais a interrogarem-se sobre o futuro da Espanha num sentido europeu.

A «questão ibérica» esteve sempre presente, extremando-se facilmente os campos. Entre os intelectuais e políticos portugueses persiste ainda a linha dura daquilo a que chamo o anticastelhanismo sistemático e é interpretado por alguns com coerência própria no prosseguimento da suspeição tradicional que Salazar mantinha por todas e quaisquer manifestações de «federalismo ibérico» e pelo europeísmo político. E agora retomada em novos termos por alguns estrategas, por jovens escritores e jornalistas, geralmente conotados politicamente com a direita. As tentações «iberistas», sempre presentes na política e na intelectualidade de ambos os países, desde as tentativas de hegemonia dinástica, algumas das quais mesmo com soberano português no trono peninsular, tiveram várias expressões ao nível da história. Os movimentos iberistas vão da direita à esquerda no espectro político e intelectual de cada país. No século XIX e nas primeiras décadas do século XX verificam-se manifestações múltiplas de cariz iberista. Do lado de Portugal, Antero de

Quental e Oliveira Martins entre os mais salientes, mas tocando tanto republicanos, liberais, socialistas, como monárquicos liberais ou conservadores, entre os quais se destacam os integralistas lusitanos na vertente «Aliança Peninsular» de António Sardinha, e atingindo, na versão mais recente, vários intelectuais de esquerda e alguns liberais.

Do lado espanhol a lista é igualmente muito longa, incluindo sem dúvida Unamuno, Ganivet, Pi Margal, Salvador de Madriaga, Julian Marias, e tendo ainda expressões prevaletentes em certos sectores da sociedade espanhola.

Partilho inteiramente a posição defendida pelo embaixador Siqueira Freire ao afirmar: «Mais do que acontecimentos ou afrontamentos trágicos entre Portugal e Espanha, o que tem havido desde há muito entre ambos é um voluntário desconhecimento mútuo, reacções provocadas por complexos de inferioridade ou de superioridade, mal-entendidos e incompreensões recíprocas. Mas, como tudo isso persiste nos subconscientes colectivos, embora felizmente de forma progressivamente menos aguda, o novo relacionamento com a Espanha tem de ser encarado de frente e pelo seu lado positivo. Continua a ser necessário e legítimo afirmarmos a nossa identidade face à Espanha, mas não contra a Espanha. Temos de adoptar uma metodologia diplomática no tratamento das questões luso-espanholas inspirada pela frontalidade e a clareza das atitudes pela inteligência de reciprocidade na defesa dos interesses e dos princípios. Será a melhor maneira de respeitarmos a Espanha e de por ela nos fazermos respeitar. Somos vizinhos e por vezes concorrentes; para sermos amigos, como nos compete, temos de estabelecer regras de jogo claras e predeterminadas. Estamos perante uma problemática em que a "forma" e o "método" assumem conseqüentemente papel determinante.»

«...Como se me afigura igualmente necessário abandonarmos a tendência para considerar *à priori* que tudo o que é do interesse espanhol seria em princípio contra o interesse português. O grande objectivo comum deverá ser a busca das convergências possíveis, com base na análise objectiva das situações concretas e dos equilíbrios ou desequilíbrios constatados.» O diálogo crescente a nível de Estado com a institucionalização das Cimeiras e visitas frequentes a nível da Chefia do Estado, oficiais e particulares, e múltiplos contactos a nível comunitário e bilateral, além duma intensidade crescente entre a maioria de segmentos e sectores da sociedade de ambos os países, seminários, encontros, reuniões e conferências de toda a natureza, resultam num ambiente propício a ultrapassar suspeições e a terminar com preconceitos alguns deles seculares e a exconjurar os perigos da crescente «intimidade peninsular», afastando-se de posições radicais anticastelhanas ou tentações iberistas ultrapassadas. A mesma filosofia e o mesmo espírito de concertação permanente de interesses deve presidir na área internacional, certamente mais difícil de se atingir quando cada país prossegue projectos independentes não obstante os imperativos da cooperação política europeia onde se atinge um grau de consenso



crescente. Jaime Gama num recente artigo publicado nos Cadernos do Instituto de Estudos Políticos dedicado ao tema «Portugal e Espanha — um Novo Desafio» considera que as opções dos dois Estados peninsulares em matéria de negócios estrangeiros apresentam áreas de alheamento de interesses recíprocos (Timor, Filipinas), áreas de sobreposição de interesses (África, Brasil), áreas de complementaridade (na definição das funções regionais, alguns pontos do «dossier regional» bilateral) e áreas de convergência (o impacto da democratização em países terceiros, a adesão à Comunidade Europeia).

Dou a minha concordância em geral aos pontos de vista expressos por Jaime Gama, que denotam uma visão estratégica correcta e baseada num conhecimento profundo da realidade subjacente ao actual contexto das relações interpeninsulares, mas permito-me salientar se é e tem sido possível encontrar alguma convergência na participação do processo decisório da Comunidade em questões essenciais, haverá que estar precavido para enfrentar divergências pontuais e de substância à medida que a Espanha toma cada vez mais consciência da sua força como média potência a nível mundial e como parceiro europeu com uma representatividade de primeira ordem, à semelhança da República Federal da Alemanha, França, Reino Unido e Itália. Convém sublinhar a importância atribuída pelo governo espanhol à Presidência do Conselho Europeu no presente semestre e assumida pela sociedade espanhola em termos de afirmação de protagonismo internacional que a Espanha pretende desempenhar no mundo. O mesmo será dizer em relação a 1992, Ano Europa em que se completará a implementação do Acto Único e «Ano da Espanha» com as Comemorações do V Centenário do Descobrimento da América, e manifestações como a Exposição Universal de Sevilha, os Jogos Olímpicos em Barcelona, Madrid — Capital da Europa, Toledo — Capital da Cultura Hispânico-Judaica e Córdova — Capital da Cultura Hispano-Árabe. No domínio da segurança internacional após o acordo sobre a participação e coordenação das forças espanholas no esquema militar da Aliança Atlântica e adesão, igualmente simultânea, de ambos os países à União da Europa Ocidental, poderão ressurgir áreas de «sobreposição de interesses», dado que Portugal jamais pode abdicar das suas responsabilidades atlânticas do seu triângulo estratégico — Portugal continental, Açores e Madeira e da ocupação da maior zona económica exclusiva da Europa — agora com meios acrescidos nomeadamente de carácter militar para assumir essa responsabilidade, tarefa facilitada após a decisão de fazer depender os Açores do *Iberland* sob comando português pondo-se assim fim à descontinuidade territorial, continental e insular em termos de segurança no âmbito da NATO.

Em todos os sectores mesmo prioritários da política externa portuguesa é possível e desejável uma harmonização de interesses com a Espanha, sendo mesmo de admitir como estimulante uma desejável e salutar concorrência com os desígnios da diplomacia espanhola de criar,

nomeadamente, uma comunidade ibero-americana de nações e de alargar o seu interesse no continente africano.

Portugal deverá integrar-se cada vez mais na Europa comunitária mas sem deixar de aprofundar cada vez mais o seu vector atlântico, privilegiando sem ambiguidades a cooperação com os EUA, prosseguindo uma aproximação política, cultural, económica e tecnológica com o Brasil, e desenvolvendo relações de cooperação e amizade de carácter já privilegiado com os países africanos de expressão oficial portuguesa.

Paralelamente às celebrações do V Centenário dos Descobrimentos da América e da Exposição Universal de Sevilha, na qual Portugal deverá participar activamente com uma representação prestigiada, no reconhecimento mundial do seu pioneirismo nos descobrimentos. Portugal iniciou em 1987 o seu próprio programa com as celebrações da passagem do Cabo da Boa Esperança por Bartolomeu Dias que abriu a possibilidade da chegada à Índia por Vasco da Gama, iniciando-se o período da história moderna como foi assinalado por Arnold Toynbee. As celebrações dos descobrimentos portugueses vão continuar até ao ano 2000, comemorando, conjuntamente com o Brasil, a data da chegada de Pedro Álvares Cabral às Terras de Santa Cruz.

Existe certamente um paralelismo evidente entre a História de Portugal e de Espanha mas os caminhos não são em muitos casos coincidentes, como o Senhor Presidente da República, Dr. Mário Soares, acentuou na Universidade de Salamanca: «As relações entre os nossos dois países deverão firmar-se na clareza, no conhecimento e no respeito pela especificidade e pela diferença de cada um de nós. Nunca na confusão de interesses ou na amálgama de projectos e de vontades.»

Portugal e Espanha têm participado activamente no processo de cooperação europeia apoiando as reformas comunitárias com vista à implementação do Acto Único Europeu com passo positivo e equilibrado em direcção à união europeia mas no sentido exigido também pela modernização e desenvolvimento económico e social dos dois países. Nesse sentido, tem «defendido o princípio de coesão económica e social em ordem a assegurar o desenvolvimento económico acelerado das regiões mais pobres da Comunidade e consequente redução das assimetrias regionais. A este propósito, o primeiro-ministro Cavaco Silva afirmou que a coesão económica e social não deverá ser somente prosseguida a nível europeu mas também a nível peninsular, onde se verificam igualmente assimetrias significativas.

A realização do Mercado Único Europeu, em que ambos os países se empenham, tem como contrapartida o esforço de solidariedade consubstanciado no aprofundamento da coesão económica e social, com vista a reduzir o gap existente em termos de desenvolvimento económico entre os países do Norte e do Sul. Este esforço exige medidas profundas de reajustamento económico e social e que estão a ser prosseguidas com o maior empenho possível e no aproveitamento dos vários fundos estruturais e da sua afectação às regiões menos desenvolvidas da

Comunidade. O actual crescimento económico dos dois países traduz um dinamismo espectacular: o crescimento do produto nacional bruto situou-se em 1987 e 1988 em cerca de 5% acima dos níveis de todos os países ocidentais, além de outros indicadores económicos extremamente favoráveis, à excepção da taxa de desemprego em Espanha que continua extremamente elevada e de resultados limitados no controle da taxa de inflação em Portugal em 1988.



Falar de Portugal e de Espanha em relação à Europa impõe-nos aqui uma palavra final sobre a realidade actual europeia tanto mais que os objectivos do Acto Único Europeu a implementar até 1992, nomeadamente o Mercado Único, não me parecem ser bem compreendidos por certos sectores da opinião pública americana. Na verdade, a Comunidade Europeia é apresentada nos seus aspectos mercantilistas como um bloco proteccionista que vem dificultar as relações económicas com os EUA. Jacques Delors, presidente da Comissão Europeia, ao dirigir-se em 17 de Janeiro último ao Parlamento Europeu sobre as grandes orientações da política comunitária, respondia a esta questão sensível: «Todos os dados económicos provam que seria absurdo para o maior exportador de bens, a CEE, fechar as suas fronteiras aos produtos estrangeiros. As trocas da Comunidade representam 20% do comércio internacional (38% se juntarmos as trocas intercomunitárias) contra 15% dos EUA e 9% do Japão. Quem não vê por estes números que a Europa seria a primeira vítima de um protecționismo crescente, tanto mais que a Comunidade é, mais do que os seus parceiros, dependente do comércio internacional?»

Felizmente que o absurdo da ideia da *Fortress Europe* começa a ser melhor compreendida pela Administração e pela comunidade dos negócios americanos. A US Government Interagency Task Force on the EC Internal Market produziu um estudo em Dezembro último em que se reconhece que «...há muitas áreas... em que o governo americano considera que as iniciativas da CEE condicionaram a formulação da sua própria política em relação à Comunidade.» Com pragmatismo, Ansis Helmanin aconselha as empresas a reforçar a sua representação em Bruxelas como outros o fizeram décadas antes em Washington: «Não temos escolha quer amemos ou detestemos a unificação europeia. E um acontecimento de importância histórica e não se vai deter.»

Admito contudo que a opinião pública americana esteja confusa sobre as formas e as fórmulas com que se proclama a integração europeia: A Comunidade Europeia do Carvão e do Aço, o Euratom, o Conselho da Europa, o Mercado Comum, a Comunidade Económica Europeia, as Comunidades Europeias, a Europa das Pátrias, a Europa do Atlântico aos Urais que pode começar a ganhar agora actualidade, a Europa dos

Cidadãos, a Europa das Regiões, o Conselho, a Comissão e o Parlamento Europeu entre outras instituições.

E bom não esquecer que nos movimentos de integração esteve sempre presente o exemplo do federalismo americano e que a ideia foi estimulada deste lado do Atlântico e que o Mercado Comum só foi possível depois do Plano Marshall que levou à recuperação das economias europeias devastadas pela Segunda Guerra Mundial.